

Autarquias locais

M.A.I. subsidia municípios

No decurso do processo burocrático das eleições para as autarquias locais e uma vez terminado o prazo de análise dos processos por parte dos juizes de comarca, os candidatos deverão fazer as correcções a eventuais irregularidades até ao próximo sábado. Entretanto o Ministério da Administração Interna atribuiu um subsídio global da ordem dos 7500 contos aos Municípios com vista às despesas decorrentes da preparação e realização das eleições, verba esta atribuída este ano a título excepcional, já que tais despesas deverão ser da responsabilidade das próprias autarquias.

E enquanto este processo decorre, a Frente Eleitoral Povo Unido anuncia que são em número de 20 mil os seus candidatos no Continente e Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, ao mesmo tempo que a Comissão Eleitoral da Lista de Unidade Popular de Marvila denuncia as manobras da Junta de Freguesia e do seu Presidente que, com o apoio do partido que os controla, coloca à cabeça da Lista local os homens da sua confiança.

O Ministério da Administração Interna vai atribuir aos municípios um subsídio no montante total de 7.500 contos para despesas decorrentes da preparação e realização das eleições para as autarquias locais.

Um decreto-lei publicado no "Diário da República" determina que o montante dos subsídios, a atribuir a cada município será estabelecido por despacho do Ministro da Administração Interna sob proposta do Director-Geral do Se-

cretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais (STAPE). No entanto, o diploma afirma que de futuro as eleições para autarquias locais serão encargo das próprias autarquias, abrindo-se este ano uma excepção, dado que as autarquias não dispõem presentemente de recursos financeiros suficientes, e visto que a necessidade de encerramento das contas do ano económico, dentro do prazo legal, não torna viável o processo de pagamento pelas próprias autarquias.

Os municípios distribuirão os subsídios que lhes forem atribuídos pelos respectivos concelhos e freguesias. O montante do subsídio será retirado do orçamento vigente do STAPE.

POVO UNIDO APRESENTA 120 MIL CANDIDATOS

A Frente Leitoral Povo Unido que em breve tornará pública a sua linha de política municipal e local, através da sua Comissão Nacional deu já a conhecer o número de candidatos apresentados às Câmaras e Assembleias Municipais.

Assim refere que no Continente "foram apresentadas listas por todas as Câmaras e Assembleias Municipais e para cerca de mil trezentas e cinquenta Assembleias de Freguesia, das quais cerca de duas centenas promovidas por grupos de cidadãos eleitores.

Das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, não se conhecendo ainda informações completas, é de salientar que apesar do clima antidemocrático a que os caciques reaccionários submetem as populações, (igualmente existente noutras regiões do território nacional) foi possível apresentar candidaturas para 15 Assembleias Municipais e 14 Câmaras Municipais, em 15 dos 30 Concelhos.

Estas listas que incluem mais de duas dezenas de milhar de candidatos entre os quais se contam muitos

milhares de independentes, mostram uma larga diversificação social e política".

LISTA DE UNIDADE POPULAR CONTRA GOLPIS-MOS DA LISTA "UNITÁRIA"

Entretanto e ainda a propósito das eleições para as autarquias locais, a Comissão Eleitoral da Lista de Unidade Popular de Marvila emitiu um extenso comunicado desmascarando, publicamente, as actividades golpistas e partidárias da chamada Lista "Unitária" de Marvila.

Refere o comunicado que a Junta de Freguesia e nove Comissões de Moradores decidiram iniciar o processo de formação de uma lista, cujo processo de eleição se faria através de plénários em cada bairro. Embora estranhando esta atitude de uma Junta que nada fizera pelos seus moradores, os GDUP da zona e as comissões de moradores, num desejo de unidade, decidiram colaborar directa ou indirectamente na constituição da Lista. Contudo o desenrolar do processo deixou bem clara qual a intenção da Junta. Promovendo plénários que só decorreram, democraticamente, perante a intervenção dos GDUP, a Junta e o seu Presidente ocupavam todas as sessões falando do principio ao fim e apresentando, de seguida, elementos da sua confiança para a lista. Por outro lado ignorando zonas onde existem comissões de moradores, abstiveram-se de fazer plénários em Chelas Velho, e Quinta da Rosa, não convocando, por outro lado, as populações destas zonas para outros plénários. Uma vez eleitos os 45 elementos da lista fez-se uma reunião para nomear o chefe de lista e a ordem dos restantes, propondo um critério que lhes permitiu não só nomear uma pessoa da confiança da Junta e do partido que a controla, como colocar os elementos mais activos e reconhecidos das Comissões de Moradores no fim da lista. Depois de todas estas traçaças e trações ao povo, as comissões de moradores reuniram-se para analisar a situação, seis das nove comissões que apoiavam a lista "unitária" decidiram retirar-lhe esse apoio e promover plénários para desmascarar a acção destes falsos amigos do povo.

Foram dar um passeio... mas voltaram a ser detidos

Nove menores com idade entre os 14 e os 16 anos evadiram-se da Escola Profissional de Santa Clara, em Vila do Conde, instituição esta pertencente aos Serviços Tutelares de Menores, tendo utilizado o comboio para fazerem a viagem até ao Porto. O grupo viria a ser detectado já de madrugada, na Avenida Marechal Gomes da Costa, naquela cidade, junto a um posto de venda da Junta Nacional de Frutas, ali instalado, e o qual arrombaram, para poderem saquear.

Avistada a policia esta alertou as várias patrulhas que fizeram um cerco, tendo capturado, ainda dentro do referido posto dois elementos do grupo. Os restantes viriam a ser detidos noutras ruas das imediações, quando tentavam escapar à policia. Na esquadra viriam a confessar que antes já tinham furtado diversos objectos e ferramentas de quatro viaturas automóveis estacionadas nas proximidades. Eis a identidade dos jovens: António Luis Gomes da Costa, Zacarias Marques Pereira, Carlos Alberto Pereira de Almeida e Albertino Neto Agostinho, todos de 16 anos, José Anibal Monteiro Mendes e António Alberto Ferreira, ambos de 15 anos, Manuel Pedrosa Salvador, António Carneiro Gonçalves e Gabriel Fernando Lopes Pinto, todos de catorze anos.

Construção Civil

Empresas aos patrões

Após exercer toda uma série de esforços para dificultar a reestruturação das empresas de construção civil com intervenção estatal nomeadamente ignorando propostas elaboradas pelas comissões administrativas das empresas e dissolvendo o Conselho Coordenador do sector, em que participavam as comissões de trabalhadores, a equipa ministerial que está à frente do sector da habitação prepara-se agora para devolver as empresas aos respectivos patrões.

Assim, o chefe de Gabinete do secretário de Estado da Construção Civil enviou às empresas, incluindo a J. Pimenta, Habitat, Francisco Santos, AC, uma mensagem na qual se referia nomeadamente: "Com vista à cessação da intervenção foi publicado no "Diário da República" de 14 do corrente uma resolução do Conselho de Ministros que determina um conjunto de normas para regularizar todos os casos de intervenção estatal e encontrar o mais rapidamente possível as soluções adequadas para o termo da mesma". Continua este representante do Governo:

"Para o efeito determina-se que sejam enviados a es Secretaria de Estado os elementos referidos nesta resolução".

Os trabalhadores interrogam-se inquietos perante a ameaçadora e pressão: "soluções adequadas para pôr termo intervenção". Será que o Governo considerará adequado voltar a pôr as empresas nas mãos dos Pimentas, Agostinhos da Silva e Francisco Santos, responsáveis por um passivo nas empresas da qual muitas delas ainda não se reconstruíram?

Em plénário de trabalhadores

Repudiado decreto-lei sobre despedimentos

Realizou-se em Setúbal um plenário distrital de Comissões de Trabalhadores convocado pelo Secretariado das Comissões de Trabalhadores do Distrito (Cintura Industrial de Setúbal), integrado na preparação do Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores e Delegados Sindicais do dia 6 de Novembro, do qual sairá uma tomada de posição sobre a legislação anti-trabalhadores do Governo PS, sobre a regulamentação dos despedimentos, contratação colectiva e trabalho de rurais, domésticos e estrangeiros.

Foi repudiado pelos trabalhadores presentes o projecto do decreto-lei sobre despedimentos e as perseguições de que vêm sendo alvo dirigentes sindicais, analisando o direito à greve sobre o qual foi esclarecido que os trabalhadores não permitirão restrições "enquanto existir luta de classes".

Acerca do regresso dos fascistas e saneados às

empresas foi dito que "nem os fascistas então, não receberam indemnizações", enquanto se alertava para as possíveis manobras da CIA, que já no Brasil antes do golpe fascista de 1964 colocava agentes nos sectores chave das principais empresas, ressalvando-se no entanto a acção revolucionária de muitos antifascistas estrangeiros que neste momento trabalham em Portugal.

Muitos trabalhadores e sindicalistas revolucionários manifestaram já o seu receio de que o Encontro Nacional do dia 6 de Novembro seja manipulado pelo Secretariado da Intersindical de forma a serem apenas aprovadas meia dúzia de moções de repúdio e exigida a participação dos trabalhadores na feitura das leis gestoras do capitalismo, em vez de se lançar as bases de um programa de luta contra

as medidas anti-trabalhadores do Governo.

CONSTRUÇÃO CIVIL LUTA PELO CCTN

Enquanto os seus camaradas da Construção Civil da Madeira continuam a greve pelo aumento das tabelas salariais, o 13.º mês pago por inteiro e numa só prestação, a concessão de 30 dias de férias e o respectivo subsídio, os sindicatos ligados ao sector no Continente e a Comissão Negociadora Sindical do respectivo Contrato Colectivo de Trabalho Vertical e Nacional levarão ao conhecimento do Governo no próximo dia 11, a exigência da imediata entrada em vigor do contrato, objecto de muitas moções aprovadas em plénários distritais e entregues nos vários Governos Civis.

Recorde-se que a aplicação do Contrato vem sendo adiada sob o pretexto de o patronato afirmar que é necessária primeiro a "revitalização do sector", ignorando no entanto o Ministério da Habitação e Urbanismo uma proposta de reestruturação do sector, elaborado por um grupo de trabalho que integrava comissões de trabalhadores das principais empresas da construção civil. Entretanto, sob o custo de vida e decem os salários reais.

Pensionistas da previdência em luta

A fixação do salário mínimo nacional em 5000\$00 e as pensões mínimas de invalidez e velhice do regime geral da previdência em 4000, 80 por cento do mínimo, foram propostas numa "Exposição ao primeiro Governo Constitucional", ponto principal da conferência de Imprensa realizada pela União dos Pensionistas da Previdência e Segurança Social.

Esta exposição baseia-se no artigo 63.º da Constituição que prevê a criação de um sistema de segurança social que protegerá dos cidadãos da doença, velhice, invalidez e orfandade". Integram-se nela também propostas de medidas como a

adição de percentagens às pensões base por cada ano mais, além de 10 anos de contribuição registada nas caixas de Previdência", a fixação em 2500\$00 das pensões mínimas de reforma por invalidez e velhice dos trabalhadores rurais, a sua

integração no esquema de Previdência Geral e ainda a fixação da idade de reforma e velhice em 60 e 58 anos respectivamente para homens e mulheres.

A esta conferência de Imprensa assistiu o grupo de trabalho de reformados Intersindical e a comissão de reformas da margem Sul do Tejo. Joaquim Rosend, presidente da comissão directiva da entidade promotora da conferência lamentou o congelamento das pensões de reforma sobrevivência superiores a 2000 e 1.200\$00, numa palavra em que a subida de géneros alimentares subiu de 5,7 para 20,9 por cento.

página um

vende-se em ADELINA AFONSO AGAPITO

Praca da Liberdade Costa da Caparica

página um